

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
Décima Terceira Sessão Ordinária
de 1 a 3 de Julho de 2009**

SIRTE - LÍBIA

Assembly/AU/14(XIII)

**PREPARAÇÕES PARA A CIMEIRA DO G8 A REALIZAR-SE EM
QUILA, ITÁLIA, DE 8 A 10 DE JULHO 2009**

I. Introdução

1. A próxima Cimeira do G8 será realizada em La Maddalena, Itália, de 8 a 10 de Julho de 2009 sob os auspícios da Presidência Italiana. A Sessão de Cúpula G8/África irá ter lugar no dia 8 de Julho de 2009 e o seu resultado irá contribuir para o debate da Cimeira G8. Além disso a 12º Fórum de Parceria de África (Africa Partnership) irá ter lugar em Roma, Itália, no dia 10 de Junho de 2009. Espera-se que o seu resultado contribua para o debate da Cimeira G8.

2. De acordo com o formato acordado, prevê-se que participem na Sessão da Cúpula G8/África do lado Africano o grupo dos 5+3 da UA-NEPAD. O Grupo inclui os Chefes de Estado e do Governo dos cinco países iniciadores da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o Presidente da União Africana, o Presidente do Comité de Implementação dos Chefes de Estado e do Governo da NEPAD e o Presidente da Comissão da União Africana (CUA). Além deste Grupo que representa a parte Africana, a Presidência do G8 propôs à parte Africana que as Economias Emergentes do Brasil, Índia, China e México fossem convidadas a participar na Sessão da Cúpula G8/África.

3. A agenda da Reunião da Cúpula G8/África será a seguinte: Resposta ao impacto da crise financeira e económica global sobre África; Alterações Climáticas; Paz e Segurança e Ciber-Governo.

II. Reuniões Preparatórias

4. Em preparação para a Cimeira G8, várias reuniões foram realizadas. Estas incluem a reunião dos Representantes Pessoais (RPs) do Grupo dos 5+3 da UA-NEPAD e o Secretariado da NEPAD, que teve lugar em Argel, Argélia de 17 a 18 de Março de 2009; a Reunião Conjunta dos RPs do Grupo 5+3 da UA-NEPAD e o Secretariado da NEPAD e os Representantes Pessoais Africanos dos G8 realizada em Veneza, Itália, de 18 a 19 de Abril de 2009; e a reunião do Comité Directivo da NEPAD realizada em Midrand, África do Sul, de 11 a 13 de Maio de 2009. Outras reuniões incluem as reuniões dos Vice-Presidentes da APF realizada em Lisboa, Portugal, no dia 15 de Março de 2009, e em Midrand, África do Sul, de 13 a 14 de Maio de 2009.

II.1 Reunião de Argel

5. A Reunião de Argel desenvolveu uma posição Africana para apresentação à reunião conjunta APRs do G8 e reunião do RPs do G5+3 da NEPAD, realizada em Veneza, Itália, de 18 a 19 de Abril 2009. Além disso a reunião deliberou sobre a agenda proposta para o reunião da Cúpula G8/África, conforme comunicado anteriormente pela Presidência Italiana, e explicado pelo RP do Ministro Italiano durante a reunião a pedido das Autoridades Argelinas. Os pontos da agenda propostos foram os seguintes:

- i. Impacto da crise financeira global sobre África (com breves relatórios de avaliação pelo BAD, Banco Mundial);
- ii. Alterações Climáticas, com atenção específica virada para a Iniciativa da Floresta da Bacia do Congo e as preparações de África para a Conferência de Copenhaga de Dezembro de 2009;
- iii. Paz e Segurança com referência particular para a Pirataria no Corno de África e Drogas /Tráfico de Armas/Pesca ilegal/Branqueamento de capitais na África Ocidental; e
- iv. Processos Políticos/Administrativos em apoio aos sistemas de registo/Censo da população em África.

6. O RP do Primeiro Ministro Italiano informou que a Presidência do G8 (Itália) tinha chegado a esta agenda com base em consultas havidas com alguns líderes Africanos, embaixadores Africanos baseados em Roma, bem como funcionários seniores em diferentes capitais Africanas. A reunião louvou os primeiros três pontos da agenda tendo contudo proposto emendas e decidido procurar maior esclarecimento relativamente ao quarto ponto durante a Reunião conjunta em Veneza. Os comentários apresentados são descritos abaixo.

a) Impacto da Crise Financeira Global sobre África (com breves avaliações efectuadas pelo BAD/ Banco Mundial)

7. A reunião acordou que este ponto devia estar no topo da agenda da reunião da Cúpula do G8/África de 2009. Dado o facto da avaliação do impacto da crise financeira global ser sobejamente conhecida, a reunião acordou em reformular o título do ponto da Agenda de forma a que o enfoque fosse sobre o seguinte:

- i. Resposta em termos de políticas, soluções /via a seguir e assistência relativamente à elevação de parcerias visando implementar medidas globais para abordar o impacto da crise financeira e económica em África, com possíveis subtemas sobre a situação dos compromissos do G8, apoio à resposta Africana relativamente à alta dos preços dos Alimentos e promoção do desenvolvimento da Agricultura e infra-estruturas;
- ii. Mensagens chave de África para reflectir a revisão do quadro da sustentabilidade da dívida, maior espaço de política para os países Africanos, de modo a que estes possam determinar a direcção macroeconómica, maior representação Africana/ voz no Sistema Financeiro Internacional, execução dos compromissos do G8, conclusão atempada da Ronda de Desenvolvimento de Doha, apoio à realização dos ODMs, pacotes especiais de Incentivos fiscais para África de forma a cobrir a re-capitalização do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e desembolso rápido e flexível de novos recursos; e

- iii. Acompanhamento da implementação dos resultados da Cimeira do G20 em Londres.
8. A Reunião solicitou que a CUA liderasse a preparação de uma breve nota informativa para o G5+3 sobre este tema com o apoio do Secretariado da NEPAD.

b) Alterações Climáticas (enfoque sobre a Iniciativa da Floresta da Bacia do Congo e a Conferência de Copenhaga)

9. A reunião apoiou a inclusão das Alterações Climáticas na agenda da próxima Reunião da Cúpula G8/África. Contudo, manifestou certas preocupações relativamente à área de enfoque. A reunião foi da opinião que o enfoque sobre a Iniciativa da floresta da Bacia do Congo seria muito restrito, dado que o debate não iria abranger as outras preocupações importantes Africanas e iniciativas chave de projectos regionais sobre as alterações climáticas. Concordou portanto em incluir o seguinte:

- i. Os interesses especiais de África conforme detalhados na Declaração da Conferência Ministerial Africana de Argel sobre o Meio Ambiente (AMCEN) realizada de 19 a 20 de Novembro de 2008 e endossada pela 12ª Conferência da UA de Fevereiro de 2009, que cobre primeiramente as medidas de adaptação, maior acesso e qualidade para África relativamente ao mercado de financiamento de carbono, acesso a novas tecnologias e a tecnologias mais limpas, bem como contribuições para influenciar as negociações do Protocolo Pós-Kyoto, anunciada conferência de Copenhaga em Dezembro de 2009;
- ii. Enfoque sobre projectos principais/ transfronteiriços tais como a Muralha Verde do Sara, as Bacias do Chade e do Nilo, e além disso a Iniciativa da Floresta da Bacia do Congo.

10. A reunião solicitou aos Secretariados da CUA e da NEPAD, com o apoio da Argélia, para acolher a reunião da AMCEN de Novembro de 2008, e como o actual Presidente da AMCEN, é a África do Sul, esta deve preparar a nota informativa sectorial para o G5+3 sobre o combate às alterações climáticas, reflectindo a os dois elementos acima citados.

c) Paz e Segurança (com particular referência para a segurança marítima e combate ao crime organizado (Pirataria no Corno de África e Tráfico de Drogas/Armas/Pesca Ilegal/Branqueamento de Capitais na África Ocidental)

11. A reunião observou a natureza crítica /impacto da paz e segurança no que respeita às aspirações de desenvolvimento de África e frisou a necessidade urgente de um diálogo G8/África que focalize na contextualização de todas as questões de paz e segurança Africanas, em vez de se limitar a atenção apenas aos desafios identificados e às novas preocupações. Propôs em seguida que a abordagem Africana devia estar em consonância com os objectivos da CUA, que procura identificar formas de assegurar um

financiamento sustentável, previsível e flexível para as operações de apoio à paz da UA, incluindo a AMISOM.

12. A reunião solicitou que a CUA orientasse a preparação de um breve relatório sobre este ponto da agenda, tendo em consideração todos os elementos mencionados acima.

d) Processos Administrativos /políticos em apoio aos sistemas de Registo/ Censo da população

13. A reunião fez menção à falta de clareza e fundamentação lógica no que respeita ao ponto de agenda proposto. O entendimento foi que o ponto servia apenas para a partilha de informação entre os Co-Presidentes da APF na medida em que foi apresentado durante a Reunião da Co-Presidentes de Lisboa. Por conseguinte, a reunião sugeriu que o processo de Mecanismo Africano de Revisão de Pares Africano (APRM) poderia ser usado de forma a acomodar a proposta Italiana do G8 sobre a questão. Ademais, a reunião concordou em procurar um maior esclarecimento a partir da Presidência Italiana.

e) O papel do Mecanismo de Seguimento da G8/África

14. Além disso a reunião debateu o Mecanismo de Seguimento da G8/África. Mencionou os esforços envidados pela G8, sob a Presidência Italiana, com vista a implementar a decisão da Cimeira de Hokkaido Toyoda de 2008, relativamente á operacionalização do Mecanismo de Seguimento G8/Africa, através da organização da primeira reunião dos RPAs-África e Representantes Pessoais da G5+3, em Veneza, Itália de 18 a 19 de Abril de 2009. Acordou igualmente sobre as propostas da Presidência do G8 e de Portugal, uma Presidência A dos não Parceiros da G8, relativamente às seguintes questões:

- i. Reintrodução do Mecanismo de Seguimento e Eficácia da APF (Itália);
- ii. O Papel das reformas dos APRs/APF (Portugal como presidente dos Parceiros da OECD não G8);
- iii. A realização de reuniões regulares orientadas para resultados entre os APRs;
- iv. Movimentação para a consolidação da parceria G8/África e reforço do Diálogo entre os Parceiros de Desenvolvimento e África; e
- v. Um formato mais institucionalizado e com mais sinergia dos Mecanismos de Seguimento das APRs, onde a periodicidade das suas reuniões é pré-determinada, e a escolha dos seus temas para G8/APF é alinhada às questões prioritárias da UA/NEPAD e a nova prática de temas sectoriais focalizados das sessões da Conferência da UA.

II.2. Reunião de Veneza

15. O objectivo principal da Reunião Conjunta de Veneza dos RPs do Grupo Africano dos 5+3 e das APRs do G8 incluiu um debate das preparações da Reunião da Cúpula

G8/África de 2009, tomando em consideração algumas das questões levantadas e acordadas durante a reunião de Argel. As questões debatidas incluíram as seguintes:

a) Reforço do Dialogo entre os G8 África RPs Africanos

16. A reunião frisou a necessidade de se fortalecer o diálogo entre as APRs da G8 e as RPs Africana. Para este fim, ambas as partes louvaram a reintrodução do diálogo entre as APRs da G8 e as RPs de África e comprometeram-se a empenhar-se conjuntamente e de forma sustentada a realizar diálogos aprofundados envolvendo reuniões regulares.

b) Preparação para a Cimeira do G8 e Reunião da Cúpula G8/ África

17. A reunião debateu os quatro temas propostos para a Cimeira G8, tomando em consideração o resultado de Argel, tendo chegado a um acordo sobre a seguinte agenda para a Reunião da Cúpula G8/África:

- i. Resposta ao impacto da crise financeira e económica mundial sobre África;
- ii. Alterações Climáticas;
- iii. Paz e Segurança; e
- iv. Governo Electrónico

18. Acordou-se ainda que a segurança alimentar devia ser abordada durante estes debates como um subtema. O Governo Italiano comprometeu-se em fornecer os documentos relativos a estes quatro temas. Além disso, os APRs do G8 manifestaram a sua intenção de incluir as Economias Emergentes durante a reunião da cúpula G8/África. O lado Africano rejeitou isto e exortou para a retenção do formato tradicional em que os Líderes Africanos convidados envolvem na sua parceria as suas contrapartes do G8 directamente, e especificamente para debater questões Africanas.

c) Revisão do Mecanismo de Seguimento do G8/África do APF

19. A reunião discutiu o assunto conforme apresentado pelo lado Africano. Contudo, o lado do G8 foi de opinião que não havia necessidade de rever o mecanismo de seguimento.

II.3. Reunião do Comité Directivo da NEPAD

20. A 37ª Reunião do Comité Directivo da NEPAD, aberta oficialmente pelo Irmão Muammar Ghaddaffi, Líder da Grande Jamahiriya Árabe Líbia, discutiu também, entre outras coisas, as preparações para a reunião da cúpula G8/África, em particular as questões pendentes tanto da reunião de Argel como de Veneza.

21. A reunião concordou com os quatro temas propostos para a Cimeira. Contudo, solicitou ainda à Presidência Italiana a apresentar clarificações relativamente ao governo electrónico. Relativamente à inclusão das economias emergentes na Reunião da Cúpula G8/África, o Comité Directivo não concordou com a proposta, defendendo que havia uma necessidade de usar o actual formato, dado que um convite ao grupo dos

cinco pode ter algo a ver com uma tentativa de procurar persuadi-los a aplicar certas condições na concessão de ajuda.

III.3 Reunião de Midrand dos Co-Presidentes do APF

22. A Reunião de Midrand dos Co-Presidentes do APF contou com a participação, do lado Africano, dos Representantes Pessoais do Presidente do HSGIC da NEPAD; o Comissário dos Assuntos Económicos, em representação do Presidente da Comissão da União Africana, e Secretariado da NEPAD. Do lado dos Parceiros, estiveram presentes os Representantes Pessoais da Presidência Italiana do G8 e de Portugal, na qualidade de presidente dos Parceiros que não fazem parte da OECD do G8.

23. O principal objectivo da reunião foi de levar avante as preparações para a Cimeira do G8 e Reunião da Cúpula G8/África, tomando em consideração os resultados do Comité Directivo da NEPAD. A reunião discutiu quase todos os assuntos relativos aos temas para a Cimeira do G8, em particular os temas em que os acordos não foram alcançados durante as Reuniões de Argel e de Veneza.

a) Papel do Mecanismo de Seguimento do G8/África

24. A reunião levantou algumas preocupações relativas à necessidade de implementar a decisão da Cimeira de Hokkaido Toyoda do G8 de 2008 sobre a operacionalização do Mecanismo de Seguimento do G8/África. A reunião fez as seguintes recomendações:

- i. Avaliar a reintrodução do Mecanismo de Seguimento durante a próxima Cimeira do G8;
- ii. Usar o APF para fazer o seguimento dos compromissos do G8;
- iii. Reforma o APF de modo a torna-lo mais efectivo, particularmente através do fortalecimento do seu nível de representação e participação, escolha de temas, e ligações com os processos globais sobre o desenvolvimento de África, incluindo o G20 e G8;
- iv. Necessidade de um formato mais institucionalizado e sinérgico do Mecanismo de Seguimento dos APRs através do qual a periodicidade das suas reuniões é pré-determinada e a escolha dos temas para o G8/APF é ajustada com as questões prioritárias da UA/NEPAD;
- v. Avaliar o uso do Plano de Acção de África para fazer o acompanhamento da implementação dos compromissos do G8.

b) Preparação dos temas para a Cimeira

25. A reunião discutiu a necessidade da Presidência do G8 ter de consultar o lado Africano antes de propor os pontos da agenda para a Cimeira do G8. Actualmente, os temas para a Cimeira são propostos pela Presidência do G8 e há um risco dos temas propostos não constituírem as prioridades de África.

c) Inclusão das Economias Emergentes

26. Relativamente à inclusão das Economias Emergentes na Reunião da Cúpula G8/África, o lado Africano informou às suas contra-partes que com base na reunião do Comité Directivo da NEPAD realizada de 11 a 13 de Maio de 2009, o lado Africano não apoiou a ideia. A reunião concordou, portanto, em continuar a discutir o assunto.

IV. Mensagens ao G8

a) Resposta de Políticas à Crise Financeira Mundial

27. O impacto da actual crise financeira mundial irá se espalhar à todas as partes do mundo, incluindo os países Africanos, apesar das suas economias estarem menos integradas no sistema financeiro internacional. Os exemplos do impacto incluem: declínio dos fluxos de capitais privados; encerramento de indústrias mineiras em alguns países; redução nos volumes comerciais; redução nos volumes de remessas; declínio nos volumes de ajuda, que irá afectar mais o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs); e baixos níveis do investimento directo estrangeiro. É mais provável que a actual crise financeira tenha um impacto adverso sobre o recente crescimento económico de África que foi ganho arduamente.

28. Os países Africanos estão a envidar esforços no sentido de mitigar o impacto. Contudo, estes esforços necessitam de um forte apoio dos parceiros de desenvolvimento, em particular nas seguintes áreas, entre outras:

- i. **Fiscalização e Regulamentação dos Sistemas Financeiros:** Há uma necessidade de desenvolver mais instrumentos com o objectivo de aumentar a fiscalização multilateral das políticas nas áreas como políticas cambiais, sistema bancário, e movimentação de contas de activos fixos. As instituições financeiras internacionais tais como FMI, têm um grande papel a desempenhar a este respeito de modo a melhorar o quadro regulador;
- ii. **Administração das Instituições Financeiras Internacionais, incluindo a Questão de Voz e Representação:** Os países desenvolvidos gozam de uma maioria significativa em termos de poder de voto comparativamente aos países em desenvolvimento, que têm registado um declínio no poder de voto. Como resultado, várias decisões são tomadas sem uma avaliação adequada das preocupações de África. África apela para o aumento da sua voz e representação nas Instituições de Bretton Woods e para que os países Africanos façam parte do grupo dos principais actores no desenvolvimento de pacotes de estímulo, incluindo os do G20 e G8;
- iii. **Estímulo Fiscal:** Os países desenvolvidos continuam a desenvolver pacotes de estímulo para fortalecer as suas economias, e muito pouca atenção é dada para o fortalecimento da procura em África. África necessita de ser integrada nos esforços coordenados para estimular a procura agregada global. As possíveis fontes para estimular a procura em África incluem a venda de reservas de ouro pelo FMI; emissão de Direitos de Saque Especiais (DSEs);

aumento de recursos para as instituições financeiras internacionais; e aceleração dos desembolsos. Além disso, a necessidade do FMI, o Banco Mundial e MDBs desenvolverem novos modelos de crédito para tomar em consideração o impacto da crise financeira mundial. Ademais, há necessidade de aumento do capital inicial do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e de prover recursos para as iniciativas dos Bancos Regionais com vista a permitir que estes possam aumentar as suas intervenções no apoio aos países Africanos durante a crise;

- iv. **Necessidade de cumprimento dos compromissos da ODA:** Há indicações claras que os fluxos da ODA irão diminuir devido à crise financeira. Embora vários países desenvolvidos tenham prometido aumentar os recursos para o desenvolvimento de África, os dados mostram que a maioria deles não estão no caminho certo para alcançar os seus próprios objectivos até 2010. Os doadores devem cumprir com os seus compromissos, incluindo os da Cimeira de Gleneagles. Neste sentido, África apela para uma necessidade urgente de se melhorar a eficácia da ajuda em África;
- v. **Uma nova iniciativa de dívida:** Há uma necessidade de desenvolver uma nova iniciativa de dívida que inclua o cancelamento de dívidas e uma moratória para o reembolso das dívidas, dada a pressão causada pelos impactos comerciais e financeiros sobre a balança de pagamentos;
- vi. **Compensação pelos danos colaterais às economias Africanas:** Os países Africanos devem ser compensados por qualquer dano às suas economias que possa resultar da implementação de certas políticas tais como o protecçãoismo, por parte dos países desenvolvidos, em resposta à crise;
- vii. **Aumento do espaço de políticas:** A imposição e uso de políticas condicionalistas na concessão de ajuda tem afectado adversamente muitos países Africanos que seguem as suas próprias políticas e direcções. Um exemplo disto é a Avaliação de Políticas e Institucional do País (CPIA) do Banco Mundial, que classifica os países de acordo com a qualidade das suas políticas e acordos institucionais, em vez de resultados. África exige que a CPIA seja redesenhada de modo a incluir os resultados;
- viii. **Comércio: Rondas de Doha-OMC/Negociações sobre o Comércio, Protecçãoismo, Financiamento ao Comércio e Ajuda ao Comércio:** África enfrenta desafios relacionados com a melhoria do desempenho comercial e progressos lentos das negociações comerciais multilaterais e bilaterais, incluindo os resultados da Ronda de Doha, Declaração de Hong Kong, Acordo de Parceria de Cotonou, e processos de negociação da EPA com a União Europeia. África apela o G20 a acelerar o passo para concluir com sucesso a Ronda de Doha sobre o Desenvolvimento. A ajuda ao comércio deve ser adequadamente financiada e implementada de forma efectiva para assistir África na abordagem dos desafios da crise mundial;

- ix. **Protecção Social para os Pobres:** São necessárias respostas céleres à crise, incluindo a protecção social para os pobres. Neste sentido, o lado Africano tem o prazer de notar que os financiamentos no valor de EU\$ 2 bilhões no âmbito do Fundo de Resposta Social Acelerada da IDA para ajudar os países pobres a lidar com os efeitos da crise financeira sobre as suas economias foram colocados a parte. Contudo, há uma necessidade do Fundo de Resposta Social Acelerada ser separado das alocações da IDA;
- x. **Apoio para a Integração Regional em África:** A actual crise económica mundial demonstrou a necessidade de África ter de promover o comércio Inter-Africano e a integração regional em geral com vista a fortalecer o crescimento económico e o desenvolvimento através da expansão dos mercados e redução da vulnerabilidade a impactos. África apela, portanto, os Parceiros, em particular o FMI, Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia a fortalecer o seu apoio para a integração regional em África;
- xi. **Implementação dos Compromissos do G20:** Compromissos em relação à crise financeira e económica mundial assumidos durante a Cimeira do G20 em Londres, Reino Unido, a 2 de Abril de 2009. Por exemplo, o G20 defendeu a triplicação dos recursos disponíveis para o FMI para 750 bilhões EU\$; para apoiar a nova alocação do SDR no valor de 250 bilhões EU\$ em apoio ao financiamento ao comércio. Contudo, o que falta é a implementação destes compromissos, em particular os relacionados com África. A União Africana gostaria portanto, de procurar apoio do G8 na implementação dos compromissos emanados da Cimeira do G8.

b) Paz e Segurança

29. Vários compromissos foram assumidos pelo G8 para apoiar a agenda de Paz e Segurança da UA. Nota de realce são os compromissos feitos durante as Cimeiras de Kananaskis, Evian e Sea Island, entre outros. Contudo, muitos destes compromissos não foram cumpridos conforme prometido. Por outro lado, os países africanos também deram passos para implementar a agenda de paz e segurança do Continente, apesar de vários desafios, incluindo falta de recursos financeiros. Portanto, a parte africana deseja lançar um apelo aos países do G8 para apoiar a agenda de paz e segurança nas seguintes áreas:

- i. **Operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (ASPA) estabelecida no Protocolo Relativo ao Estabelecimento do Conselho de Paz e Segurança (CPS):** A Arquitectura gira a volta de cinco pilares essenciais, nomeadamente, o CPS, o Painel de Sábios, o Sistema Continental de Aviso Prévio (CEWS); a Força Africana em Estado de Alerta (ASF); e as Relações com os Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos;
- ii. **Financiamento das Operações de Apoio à Paz da UA:** Este ponto está em linha com a Decisão da 8ª Sessão Ordinária da Conferência da União

Africana que, entre outras recomendações, apela as Nações Unidas a examinar, no contexto do Capítulo VIII da Carta da ONU, a possibilidade de financiar, através das contribuições estatutárias, operações de paz empreendidas pela UA ou sob a sua autoridade e com o consentimento das Nações Unidas;

- iii. Implementação das recomendações feitas pelo Secretário-geral da ONU relativas ao relacionamento entre a ONU e organizações regionais, em particular a União Africana, para preservar a paz e segurança internacional, através da previsibilidade, sustentabilidade e flexibilidade das organizações regionais de financiamento, visto que empreendem operações de manutenção de paz sob mandato da ONU;
- iv. Implementação da Decisão tomada durante a 7ª Sessão Ordinária da União Africana relativa ao desenvolvimento do Quadro de Política da UA sobre Reconstrução Pós Conflito e Desenvolvimento (PCRD), incluindo:
 - ✓ a concepção de directrizes operacionais para a adaptação da Política aos níveis regional e nacional;
 - ✓ o desenvolvimento de uma base de dados de peritos Africanos sobre PCRD, para ser posto à disposição de países que se emergem de conflitos;
 - ✓ a mobilização de necessários recursos humanos e reforço da capacidade Africana, incluindo o uso de Voluntários da UA (AUVs); e
 - ✓ o estabelecimento de um Comité Multidimensional Permanente da UA (AUSMC) para prover apoio político e mobilizar todos os recursos necessários e disponíveis para a implementação da Política.
- v. Implementação da Política Comum de Defesa e Segurança Africana, incluindo o reforço dos Mecanismos Regionais e Continentais para controlar as armas de pequeno porte e armas ligeiras. As actividades nesta área incluem o combate a proliferação, circulação e tráfico ilícito de armas de pequeno porte e armas ligeiras; o terrorismo internacional; e armas de destruição massiva, incluindo armas nucleares; necessidade de abordar as causas que estão na origem da insegurança, incluindo incapacidade de segurança de estado, através do apoio do G8 à agenda de Paz e Segurança de África, o completo estabelecimento da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA), bem como as reformas do sector de segurança;
- vi. Esforços de África para o restabelecimento da constitucionalidade na Somália e Guiné Bissau, que são dois dos países mais vulneráveis à pirataria/pesca ilegal e crime organizado; e
- vii. Implementação das recomendações contidas no “Relatório Prodi”, conforme apresentado ao Conselho de Segurança da ONU.

c) Mudança Climática

30. Muitas partes do mundo estão a experimentar os efeitos da mudança climática através de variações extremas do clima padrão e mudanças de ecossistemas. O impacto da mudança climática alastrou-se por todo o mundo, incluindo os países mais pobres, alguns dos quais estão em África.

31. Apesar de contribuir com apenas cerca de 3.6 por cento das emissões de dióxido de carbono, a África é o continente mais vulnerável à variação e mudança climática. Esta situação deve-se a sua dependência aos sectores sensíveis ao clima tais como agricultura, saúde, floresta, água, entre outros. Se não forem debelados os actuais problemas provocados pela Mudança Climática a África continuará em risco, uma vez que cheias sem precedentes e secas severas são já as consequências visíveis. Portanto, é importante achar soluções duradouras para a mudança climática, com vista a alcançar o crescimento económico de África e o desenvolvimento sustentado.

32. Muitos países africanos fizeram esforços para debelar o impacto da mudança climática. Tais esforços incluíram a adopção de várias Decisões sobre mudança climática pelas Cimeiras da União Africana; ratificação do Quadro de Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), e da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD) por todos os Estados Membros Africanos; o lançamento da Muralha Verde para Iniciativa do Sahara 2007 e a adopção do seu Plano de Acção pela Cimeira da UA; e a decisão sobre o desenvolvimento de uma posição comum para a negociação sobre um regime climático internacional geral depois de 2012, que foi adoptada pela Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente.

33. Os esforços de África mencionados acima necessitam o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento, incluindo os países do G8. Neste sentido a África apela para o seguinte:

- i. Ao abrigo do mecanismo financeiro, devem aumentar-se os níveis de financiamento disponíveis, para adaptação e mitigação, que se mantêm nos seus actuais níveis e continua a depender de contribuições voluntárias, que não são suficientes para solucionar o impacto da mudança climática. São necessários fluxos financeiros e de investimentos adicionais para medidas de adaptação estimados entre 28-67 bilhões de \$EU por ano (UNFCCC, 2008);
- ii. Apoiar a implementação do processo UNFCCC relativo às medidas de adaptação e mitigação para as actividades de África, incluindo o Programa Geral de Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP); o programa Clima para Desenvolvimento em África (ClimDevAfrica), Adaptação à Mudança Climática em África (CCAA); o Painel de Alto Nível da UA/NEPAD sobre Mudança Climática; e Plano de Acção Ambiental (EAP) da NEPAD;
- iii. Aumentar a facilitação para acesso ao financiamento multilateral para adaptação, tais como o Fundo Fiduciário do Mecanismo Global do Ambiente (GEF); e o Fundo Especial sobre Mudança Climática (SCCF); entre outros;

- iv. Apoio financeiro de parceiros de desenvolvimento para concentrar-se mais nos sectores económicos essenciais sensíveis a Mudança Climática, particularmente infra-estruturas, agricultura, segurança alimentar, água e saneamento, energia, ambiente e ecoturismo para garantir o desenvolvimento sustentado;
- v. Reforço do apoio dos parceiros de desenvolvimento para a promoção plena da integração de questões sobre mudança climática na planificação e gestão da economia Africana aos níveis nacional e regional, especialmente nas estratégias que visam a redução da pobreza;
- vi. A participação plena de países Africanos nas negociações sobre mudança climática;
- vii. Os parceiros de desenvolvimento devem honrar os compromissos anteriormente assumidos no contexto da implementação do Plano de Acção Ambiental da UA/NEPAD e a priorizar a implementação dos Planos de Acção Ambiental Sub-regionais (SREAPs); e
- viii. O G8 deverá apoiar o reforço das capacidades do clima Africano e as instituições relacionadas à mudança climática a todos os níveis, para desenvolver e implementar soluções que respondam à mudança climática.

V. Questões para Apreciação pelos Estados Membros

34. Devem ser abordadas as seguintes questões:

- i. Há necessidade de esclarecimento sobre quem toma a liderança durante os preparativos para as Cimeiras do G8. Isto deve ser discutido no contexto da integração da NEPAD nas estruturas da União Africana. Actualmente não existem mandatos esclarecidos sobre as funções da UA em relação as funções do Secretariado da NEPAD. Neste momento, o Secretariado da NEPAD considera os preparativos para o G8 como uma das suas principais actividades, estando plena e directamente envolvida em todas as actividades do APF e do G8 desde a sua criação. Recomenda-se que os preparativos para o G8 sejam orientados pela CUA, com o apoio do Secretariado da NEPAD. O Secretariado da NEPAD deve acompanhar a implementação dos compromissos do G8, incluindo a mobilização de recursos;
- ii. A necessidade do Plano do G8 de Assistência à África de avaliar o nível de participação nas reuniões do APF. Aconselha-se que no fórum participem Representantes Pessoais de Chefes de Estado e de Governo com categoria de ministros;
- iii. Há necessidade de o APF e a Cimeira do G8 discutir e adoptar o Plano de Acção para África;

- iv. Há necessidade de estabelecer um formato mais institucionalizado e sinérgico do Mecanismo de Acompanhamento dos APRs, no qual a periodicidade das suas reuniões seja pré-determinada e a escolha dos temas para o G8/APF esteja em conformidade com as questões prioritárias da UA/NEPAD e as novas práticas de temas sectoriais direccionados das sessões da Conferência da UA;
- v. Discutir os méritos e deméritos das economias emergentes que participam no programa do G8 de Assistência à África e fazer as recomendações apropriadas.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2009-07-01

The preparations for the G8 summit to be held in La Quila, Italy: 8-10 JULY 2009

Africa union

African union

<http://archives.au.int/handle/123456789/5668>

Downloaded from African Union Common Repository